

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.215 - SC (2012/0044559-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **BANCO BOAVISTA INTERATLÂNTICO S/A E OUTRO**
ADVOGADO : **RODRIGO BASTOS MELLO E OUTRO(S) - SC011142**
ADVOGADA : **THAÍS DA COSTA E OUTRO(S) - DF024823**
ADVOGADA : **DANÚBIA SOUTO DE FARIA COSTA - DF029843**
AGRAVADO : **SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA E OUTRO**
ADVOGADO : **SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS**
- **SC010952**
INTERES. : **GEORGE WILLIAN POSTAL DE SOUZA**

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (e-STJ fls. 725/739) interposto contra decisão monocrática desta relatoria que negou provimento ao recurso especial, em virtude da consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ e da incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ (e-STJ fls. 718/722).

No presente recurso, os agravantes alegam que os precedentes invocados no especial se aplicariam mesmo nas situações em que o cliente não tenha autorizado a aplicação financeira.

Acrescentam que a decisão agravada não poderia usar trechos da sentença sobre as supostas ressalvas no instrumento de transação, uma vez que essa questão não integraria os fundamentos do acórdão recorrido.

Insistem na afirmação de que "a jurisprudência dessa E. Corte reconhece que as transações firmadas pelos Agravantes com seus investidores – idênticas as dos outros – alcançam todas as perdas sofridas pelos mesmos, e não apenas os valores constantes dos instrumentos" (e-STJ fl. 733).

Por fim, voltam a sustentar a inexistência de dano moral e a exorbitância da indenização.

Ao final, requerem a reconsideração da decisão monocrática ou a apreciação deste agravo pelo Colegiado.

Apesar de devidamente intimados (e-STJ fl. 740), os agravados não apresentaram impugnação.

É o relatório.

Decido.

A insurgência merece prosperar parcialmente.

Na origem, cuida-se de Ação de Reparação de Dano (e-STJ fls. 1/12).

A sentença (e-STJ fls. 162/165) julgou parcialmente procedente o pedido dos recorridos, ficando assim redigido seu dispositivo:

Portanto, julgando parcialmente procedente o pedido, declarando a anulação da

transação por decorrer de ato ilícito, e condeno o requerido no pagamento da diferença entre o valor constante em conta poupança dos requeridos em 21.07. 1998, qual seja, R\$ 3.424,50 (três mil quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos) com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária pelo índice do INPC/IBGE, e o valor devolvido em 19.02.99, qual seja, R\$ 2.254,46 (dois mil reais e duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos). E a título de dano material, duas vezes o que será restituído, conforme operação descrita acima.

De acordo com a referida decisão, o instrumento de transação teria sido fruto de coação. Confira-se (e-STJ fls. 163/164):

Observa-se que a essência do processo se traduz na nulidade dos negócios entabulados entre as partes, que tem como objeto a aplicação de valores em fundos de investimento denominados Fundo Boa Vista de Investimento Financeiro Derivativos 60 e Fundo Boa Vista de Investimento Financeiro Hedge 60.

Analisando a prova trazida aos autos em fls. 19/26, os contratos de transação contém nota em rodapé que relatam a circunstância de coação e abuso sofridos pelos requerentes no momento da assinatura do acordo.

Aplicando ao caso o princípio da inversão da prova, caberia então ao requerido não somente contestar, mas trazer aos autos autorização dos requerentes para aplicação financeira não em 19.02.1999, quando o banco devolvia os valores resultante do investimento, mas autorização referente a data em que houve a movimentação dos valores da conta poupança para a aplicação.

Não há no processo nenhuma prova em contrario sendo, então, considerado o ato jurídico anulado, tendo em vista as circunstâncias da transação que decorreu de vício resultante de coação que se expressa no fato dos requerentes em não ver ao menos devolvido parte de seus valores depositados na instituição requerida.

(...)

Sendo assim, embora o requerido tenha efetuado transação com os requerentes, esta não pode ser considerada válida, em termos judiciais.

Por sua vez, o acórdão recorrido (e-STJ fls. 606/613) deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pelos ora agravantes, "tão somente para excluir a restituição em dobro, mantendo-a na forma simples, acrescida de encargos moratórios", e deu provimento ao recurso adesivo dos ora agravados, para "arbitrar indenização por danos morais em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com correção monetária e juros de mora na forma retro deferida".

Extraem-se do aresto impugnado as seguintes razões de decidir relativas ao instrumento de transação (e-STJ fls. 609/611):

Os recorrentes se insurgiram com a determinação de restituir valores e reparar danos materiais, sustentando que a aplicação em fundo de investimento de alto risco teria sido autorizada pelos recorridos. Além disso, aduziram que a transação extrajudicial efetuada no intuito de devolver a quantia investida teria concedido quitação ampla, geral e irrestrita, razão pela qual não seria possível a cobrança em juízo de eventuais diferenças.

A Câmara não desconhece posicionamento diverso, inclusive nas Cortes Superiores, segundo o qual "é válida a transação celebrada entre investidores e instituições financeiras em decorrência da perda de investimentos, ficando afastada a pretensão deduzida pelos autores de que existiu vício de vontade" (ST - AgRg no Ag 702604/RJ, Rei. Min Sidnei Beneti, julgado em 4.9.2008). Contudo, o termo de quitação deve ser interpretado com reservas, principalmente em se cuidando no caso concreto de relação consumerista. A legislação específica prevê:

(...)

Assim, a transação extrajudicial abrange apenas os valores nela constantes, não

havendo óbice para propositura de demanda objetivando diferenças, razão pela qual a preliminar de falta de interesse processual igualmente não prospera. No mesmo sentido, não merece guarida a alegada nulidade da sentença por julgamento além do pedido, pois afastar o acordo e determinar o pagamento dos valores faltantes é decorrência lógica do pedido inicial. Guardadas as devidas proporções, a Corte tem precedente em caso análogo:

(...)

Portanto, cabe aos recorrentes restituírem a diferença de R\$ 1.170,04 (mil, cento e setenta reais e quatro centavos), acrescida de correção monetária pelo INPC e juros da mora de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do Código Civil de 2002 e 1 % ao mês daí em diante. Tais encargos incidirão a partir da retirada da conta dos consumidores - 21 de julho de 1998.

O entendimento do Tribunal de origem está em confronto com a jurisprudência do STJ, para a qual a transação pressupõe concessões mútuas dos interessados, sendo que, apenas quando o débito tratar de parcelas distintas, ela não deverá ser ampliada por analogia nem alcançar situações não expressamente especificadas no instrumento. Nesse sentido:

Direito Civil. Recurso Especial. Transação. Interpretação. Coisa julgada.

- A interpretação restritiva que deve ser dada à transação é no sentido de que esta não deve ser ampliada por analogia ou alcançar situações não expressamente especificadas no instrumento, quando o débito tratar de parcelas distintas.

- A transação pressupõe concessões mútuas dos interessados e produz entre as partes o efeito de coisa julgada.

(REsp 399.564/MG, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/11/2002, DJ 10/02/2003, p. 202.)

Indenização de direito comum. Acordo extrajudicial. Quitação plena e geral. Precedentes da Corte.

1. A quitação plena e geral, para nada mais reclamar a qualquer título, constante do acordo extrajudicial, é válida e eficaz, desautorizando investida judicial para ampliar a verba indenizatória aceita e recebida.

2. Recurso especial não conhecido.

(REsp 728.361/RS, Relator Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2005, DJ 12/09/2005, p. 328.)

DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SOLIDARIEDADE PASSIVA. DOIS CO-DEVEDORES. TRANSAÇÃO COM UM DELES. OUTORGA DE QUITAÇÃO PLENA. EXTINÇÃO DA SOLIDARIEDADE. DIREITO CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANO EFETIVO. DANOS MORAIS. ALTERAÇÃO PELO STJ. VALOR EXORBITANTE OU ÍNIFIMO. POSSIBILIDADE.

- Na solidariedade passiva o credor tem a faculdade de exigir e receber, de qualquer dos co-devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum. Havendo pagamento parcial, todos os demais co-devedores continuam obrigados solidariamente pelo valor remanescente. O pagamento parcial efetivado por um dos co-devedores e a remissão a ele concedida, não alcança os demais, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.

- Na espécie, contudo, a sobrevivência da solidariedade não é possível, pois resta apenas um devedor, o qual permaneceu responsável por metade da obrigação. Diante disso, a consequência lógica é que apenas a recorrida permaneça no pólo passivo da obrigação, visto que a relação solidária era constituída de tão-somente dois co-devedores.

- O acolhimento da tese do recorrente, no sentido de que a recorrida respondesse pela integralidade do valor remanescente da dívida, implicaria, a rigor, na burla da transação firmada com a outra devedora. Isso porque, na hipótese da recorrida se ver obrigada a

satisfazer o resto do débito, lhe caberia, a teor do que estipula o art. 283 do CC/02, o direito de exigir da outra devedora a sua quota, não obstante, nos termos da transação, esta já tenha obtido plena quitação em relação à sua parte na dívida. A transação implica em concessões recíprocas, não cabendo dúvida de que o recorrente, ao firmá-la, aceitou receber da outra devedora, pelos prejuízos sofridos (correspondentes a metade do débito total), a quantia prevista no acordo. Assim, não seria razoável que a outra devedora, ainda que por via indireta, se visse obrigada a despendar qualquer outro valor por conta do evento em relação ao qual transigiu e obteve quitação plena.

- Os arts. 1.059 e 1.060 do CC/02 exigem dano material efetivo como pressuposto do dever de indenizar. O dano deve, por isso, ser certo, atual e subsistente. Precedentes.

- A intervenção do STJ, para alterar valor fixado a título de danos morais, é sempre excepcional e justifica-se tão-somente nas hipóteses em que o quantum seja ínfimo ou exorbitante, diante do quadro delimitado pelas instâncias ordinárias. Precedentes.

Agravo provido para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta parte, lhe dar provimento.

(AgRg no REsp 1091654/PR, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 25/03/2009.)

Todavia, observo que a Corte local, ao concluir que "a transação abrange apenas os valores nela constantes, não havendo óbice para a propositura de demanda objetivando diferenças" (e-STJ fl. 610), não examinou, por consequência lógica, as alegações constantes nas contrarrazões de apelação dos ora agravados, alusivas à invalidade dos instrumentos de transação. Eis seu teor (e-STJ fls. 548/549):

DA (IN)VALIDADE DOS INSTRUMENTOS DE TRANSAÇÃO:

Nesse ponto os Apelantes sugerem que os instrumentos de transação de fls. 19/26 são totalmente válidos, alegando que a ressalva realizada pelos Apelados não foram assinadas, não sendo válidas.

Somente para esclarecer a forma como ocorreram os fatos, é de se informar que os Apelados foram chamados até a agência da Apelante para realizarem as transações, com as quais não concordaram.

Por conta disso, fizeram constar a seguinte ressalva "Ressalvo no presente instrumento os artigos 147, II do CCB e 51, I e IV da Lei 8.078/90"- (fls. 19/21 e 23/26).

As Apelantes, não concordando com a ressalva, acabaram refazendo os referidos termos, sob a ameaça de que não assinando não seria reembolsado nenhum valor.

Tal sucessão de fatos justifica a ausência da ressalva nos termos assinados, constituindo-se em meio de prova hábil a comprovar a alegação contida na inicial, o que, aliado à inversão do ônus da prova transfere às Apelantes a comprovação de ausência de coação.

Portanto, comprovada a coação não há como os referidos termos gerarem efeitos, pois eivados de ilegalidade, fato devidamente comprovado nos autos, notadamente pela ressalva realizada.

Ressalte-se que a análise direta dessa questão, por parte do STJ, constituiria indevida supressão de instância.

Assim, devido ao parcial provimento do recurso especial dos recorrentes – para reconhecer que a transação pressupõe concessões mútuas dos interessados e que ela não deve ser ampliada por analogia nem alcançar situações não expressamente especificadas no instrumento, exceto quando o débito abranger parcelas distintas –, os autos devem retornar ao Colegiado estadual para que este prossiga na análise da validade dos instrumentos de transação.

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, uma vez devolvida a prestação jurisdicional para o Tribunal de origem, fica prejudicada a análise das questões referentes à configuração e ao valor dos danos morais.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão agravada (e-STJ fls. 718/722) e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial para assim, reconhecido que a transação pressupõe concessões mútuas e não deve ser ampliada por analogia nem alcançar situações não expressamente especificadas no instrumento, exceto quando o débito compreender parcelas distintas, determinar ao Tribunal de origem que aprecie as alegações constantes nas contrarrazões de apelação dos ora agravados alusivas à invalidade dos instrumentos de transação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator